



9º Encontro Internacional de Política Social
16º Encontro Nacional de Política Social
Tema: A Política Social na Crise Sanitária revelando Outras Crises
Vitória (ES, Brasil), 13 a 15 de junho de 2023

Eixo: Serviço social: fundamentos, formação e trabalho profissional

O Serviço Social e a questão racial: a propósito de uma abordagem marxista

Jonatas Correa Nery¹
Luis Eduardo Acosta Acosta²

Resumo: Apresentar a base teórica marxista que ampara a profissão e o exercício profissional, dialogando com a constituição da questão racial, como expressão da “questão social”, dentro da formação social brasileira. Recorreu-se a autores que estão listados no plano de ensino da disciplina “Debates contemporâneos e Serviço Social”, bem como outros que são referências clássicas na discussão sobre a teoria social marxista e as relações raciais no Brasil. Pelo realizado foi possível apresentar o conteúdo histórico e teórico que sustentam a questão racial como expressão da “questão social”, bem como esta é componente da totalidade social, fazendo parte da superestrutura.

Palavras-chave: Questão social. Questão racial. Expressão da “questão social”. Serviço Social.

Social Work and the racial issue: about a Marxist approach

Abstract: To present the Marxist theoretical basis that supports the profession and professional practice, dialoguing with the constitution of the racial question, as an expression of the “social question”, within the Brazilian social formation. We resorted to authors who are listed in the teaching plan of the discipline “Contemporary Debates and Social Work”, as well as others who are classic references in the discussion of Marxist social theory and race relations in Brazil. As a result, it was possible to present the historical and theoretical content that support the racial question as an expression of the “social question”, as well as this is a component of the social totality, being part of the superstructure.

Keywords: Social issues. Race issue. Expression of the “social issue”. Social work.

INTRODUÇÃO

O Serviço Social é uma profissão reconhecida socialmente e estabelecida na divisão social do trabalho, identificada, portanto, no processo de produção e reprodução das relações sociais (IAMAMOTO; CARVALHO, 1996). Uma profissão que surgiu no país ao início dos anos 1930, com uma perspectiva conservadora e como requisição específica para atender à necessidade de ajustamento da classe trabalhadora que, naquele momento, apresentava sua face aparente diante do acirramento das lutas frente ao forte processo de industrialização iniciado por Getúlio Vargas [1882-1954].

¹ Professor substituto do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Doutorando em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). E-mail: jonatascorreanery@gmail.com.

² Professor Associado da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). E-mail: luiseduacosta@gmail.com.

Isso quer dizer que a profissão, portanto, não iniciou sua história dentro de uma perspectiva teórica crítica marxiana/marxista, como é atualmente a sua hegemonia. Não. O início foi marcado pelo conservadorismo cristão. Foi no decorrer da história e no processo de desenvolvimento das forças produtivas que a profissão foi incorporando a matriz marxiana como instrumental teórico fundamental para analisar a sociedade (a matéria do serviço social, tal qual o é em Marx). E este é justamente o salto qualitativo que a profissão realizou, apreendendo a questão social e as suas expressões como seu objeto.

Foi a partir desse aporte teórico que se tornou possível uma compreensão da questão racial como uma expressão da questão social. Assim, o trabalho quer apresentar a base teórica marxista que ampara a profissão e o exercício profissional, dialogando com a constituição da questão racial, como expressão da “questão social”, dentro da formação social brasileira. Para atender ao objetivo foram utilizadas referências bibliográficas do plano de ensino da disciplina “Debates contemporâneos no Serviço Social”, do curso de Doutorado em Serviço Social, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), além de literaturas clássicas concernentes à discussão das relações raciais e ao marxismo.

Como consequência da proposta o artigo terá, além dessa seção introdutória, mais dois subitens. O primeiro discute a formação social brasileira numa perspectiva materialista da história, com recorte, portanto, que permite perceber o surgimento da questão racial como uma expressão da “questão social”. Evidente que para chegar à formação social brasileira foi necessário tratar aqui também de elementos da teoria social de Marx, tais como a dimensão epistemológica e ontológica do conhecimento e a classe social, pois só com esse resgate é possível compreender as determinações da formação social brasileira, numa perspectiva de totalidade. Além disso, discutiu-se o conceito e a criação da raça na história. No segundo, trata-se do “Serviço Social brasileiro”, atendo-se mais ao movimento de Reconceituação do Serviço Social, contudo, com atenção especial ao momento da “Intenção de ruptura” e as suas consequências para a profissão, mas com atenção principal ao aporte teórico dos fundamentos assumido como direção da profissão, por meio do qual foi possível apreender a questão racial como expressão da “questão social”.

1. A QUESTÃO RACIAL NA FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA

A questão racial tem início, no Brasil, a partir da segunda metade do século XIX (SEYFERTH, 1989; SCHWARCZ, 1993), ou seja, o que está posto, é exatamente o momento da reflexão reacionária acerca das pessoas não brancas a partir do conceito de raça. Essa tese costuma parecer imprecisa àqueles que não estão diretamente ligados à pesquisa desse tema. Mas ela coincide com um processo/momento histórico fundamental para a análise, que é justamente a desestruturação do regime escravista e com a consolidação das teorias racialistas, conhecidas como racismo científico, pois até aquele momento histórico, a ideia de raça não havia se consolidado como tal, e se se pensar o início da escravização esta percepção se torna mais fácil, pois a exploração escravista ocorreu inicialmente sob a insígnia da fé.

Essa apreensão do movimento da história apresenta elementos fundamentais para o desvelamento das coisas como elas são na sua totalidade, “[...] tal qual está posta neste passado, mas também a sua natureza substantiva no presente, ou seja, é possível desnudar o real concreto para apreender a sua essência” (BERGER; NERY, 2022).

Com esse elemento é possível perceber que a formação social do Brasil aconteceu em um movimento de violência sistemática, de genocídio e de escravização que visava expropriar e se apropriar da riqueza produzida no Brasil, através da colonização. A característica essencial dentro desse processo é a motivação para a invasão, portanto, a determinação essencial, em última instância, percebida no decurso da histórica e nas transformações do modo de produção, que com o desenvolvimento da navegação e de outros conhecimentos técnicos, viabilizaram grandes deslocamentos de povos brancos europeus a quase todas as direções do mundo e, com isso, a geração daquilo que ficou conhecido como acumulação primitiva do capital. Esse é o processo de transformações sociais, conhecido como processo de reprodução simples, iniciado na Europa e que se impôs, posteriormente, devido à natureza generalizadora dessas relações, a todo o mundo (processo de reprodução ampliada), com o advento do valor (MARX, 2014; BERGER; NERY, 2022).

Desta maneira, a colonização apareceu na história como a forma política, via Estado (superestrutura), sob a qual ocorreu todo processo de exploração inicial de pessoas originárias e que em determinado momento passou a traficar, às terras descobertas, pessoas negras e outras não brancas. O instrumento principal utilizado para a dominação foi a violência sistemática, o elemento fundamental da exploração e apropriação da riqueza (BERGER; NERY, 2022).

Os diferentes momentos da acumulação primitiva repartem-se, agora, numa sequência mais ou menos cronológica, principalmente entre Espanha, Portugal, Holanda, França e Inglaterra. Na Inglaterra, no fim do século XVII, esses momentos foram combinados de modo sistêmico, dando origem ao sistema colonial, ao sistema da dívida pública, ao moderno sistema tributário e ao sistema protecionista. Tais métodos, como, por exemplo, o sistema colonial, baseiam-se, em parte, na violência mais brutal. Todos eles, porém, lançaram mão do poder do Estado, da violência concentrada e organizada da sociedade, para impulsionar artificialmente o processo de transformação do modo de produção feudal em capitalista e abreviar a transição de um para o outro. A violência é a parceira de toda sociedade velha que está prenhe de uma sociedade nova. *Ela mesma é uma potência econômica* (MARX, 2014, p. 533, grifo nosso).

A dimensão econômica, que, por sua vez, se apresenta como a determinação em última instância, dentro das várias determinações da totalidade social vivenciada naquele momento, não quer dizer que exista uma primazia dela (economia) sobre todas as formas e determinações do real concreto (BERGER, NERY, 2022).

Indica, na verdade, que

[...] o primado ontológico da economia, que funda a teoria social moderna, descoberta por Marx, opera no interior de uma estrutura teórica que produz um objeto (teórico) para reproduzir o objeto real na perspectiva da *totalidade* (NETTO, 1985, p. 31).

As relações sociais não estão em abstrato, como presumiu implicitamente o marxismo vulgar. Elas se estabeleceram materialmente entre escravizadores e escravizados, quando relacionada a formação social do país. Classes fundamentais em permanente relação e negação entre si, em luta aberta, um processo de opressão e do seu contrário: a resistência, o aquilombamento, a liberdade (BERGER, NERY, 2022).

Quilombo era, segundo definição do rei de Portugal, em resposta à consulta do Conselho Ultramarino, datada de 2 de dezembro de 1740, “toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles”. Dessa forma, no Brasil, como em outras partes da América onde existiu o escravismo moderno, esses ajuntamentos proliferaram como sinal de protesto do negro escravo às condições desumanas e alienadas a que estavam sujeitos (MOURA, 1993, p.11).

O quilombo foi a principal forma de organização negra dentro do sistema escravista. Ele se estabeleceu em toda parte como resistência sistemática contra o império da violência. Para as pessoas africanas escravizadas, sequestradas do seu continente, os quilombos se materializaram como a forma mais acaba de luta contra esse sistema (MOURA, 1993; BERGER, NERY, 2022).

As pessoas negras escravizadas foram distribuídas em todo o território brasileiro, dentro do sistema colonial. Esta ocupação foi verificada pelos historiadores de forma ou menos uniforme, porém, em qualquer desses lugares onde foi possível a presença das pessoas negras escravizadas, percebeu-se também o aquilombamento como resistência (BERGER, NERY, 2022; MOURA, 1993).

“A resistência significa, em um nível elevado de abstração, a luta daqueles que sobrevivem exclusivamente pela força do seu trabalho contra os que detém os meios de produção” (BERGER, NERY, 2022). Isso coloca em cena, portanto, a luta de classes.

Daí podemos ver que a estratificação dessa sociedade na qual as duas classes fundamentais – senhores e escravos – se chocavam, era criada pela contradição básica que determinava os níveis de conflito. Em outras palavras, a classe dos escravos (oprimida) e a dos senhores de escravos (opressora/dominante) produziram a contradição fundamental (MOURA, 1993, p. 9).

O que está evidenciado, neste caso, é a luta entre as classes. Contudo, quando é apresentada a luta de classes, ou seja, os dominados contra os dominadores – a forma particular –, é preciso ter nítido que as classes sociais surgem em determinado período histórico. As classes sociais se consolidaram quando a burguesia, então, revolucionária e representante do terceiro estado, fundou o Estado Burguês, porém, a partir desse momento passou a dissimular sua perspectiva de classe, passando à classe dominante, gerando o seu contrário, o proletariado, a classe trabalhadora (MARX; ENGELS, 2007; BERGER, NERY, 2022).

Na particularidade brasileira, dentro do sistema escravista, não é possível apreender aquela forma histórica particular – ainda durante o escravismo –, mas é crível apontar classes fundamentais como o fez Clóvis Moura em *Quilombos: resistência ao escravismo*. Pois as classes – classe em geral – existem antes mesmo do capital. Afinal, “a história de todas as sociedades que existiram até nossos dias tem sido a história da luta de classes” (BERGER, NERY, 2022).

[...] homem livre e escravo, patrício e plebeu, barão e servo, mestre de corporação e companheiro, numa palavra, opressores e oprimidos, em constante oposição, têm vivido numa guerra ininterrupta, ora franca, ora disfarçada; uma guerra que terminou sempre, ou por uma transformação revolucionária, da sociedade inteira, ou pela destruição das duas classes em luta (MARX E ENGELS (1999, p. 7).

A identificação da classe social, portanto, está na sua determinação histórica, num período específico. A imposição desse fato histórico impede que a análise se mantenha no puro abstrato, em um generalismo que não se conectaria com a realidade, embora pudesse explicar todas as classes em luta na história. O conhecimento está na apreensão do objeto na sua totalidade, no pensamento; e à busca da categoria mais simples. Porém, quando é introduzido o conteúdo histórico, torna-se possível apreender este objeto histórico (a classe social) como concreto pensado, produção da humanidade na sua relação com a natureza e entre si, mas agora no pensamento, como objeto do conhecimento, parte da totalidade que é composta de múltiplas determinações (BERGER, NERY, 2022).

No caso específico do surgimento das classes sociais é possível citar as transformações nas dimensões econômicas e políticas. É o caso da 1ª Revolução Industrial e da Revolução Francesa. Ambas acontecem no mesmo meado do século, os XVIII. Aquele foi um processo de mudança do antigo modo de produção, da mesma maneira que a Revolução Francesa significou – e de fato foi – a fundação do Estado liberal burguês. Paralelo a isso, no Brasil, as relações de produção ainda eram pautadas – embora com determinações do capital internacional – pelo sistema escravista de produção, o que mudou apenas ao final do século XIX.

A Europa passou, naquele período, por mudanças essenciais no seu modo de produção. Essas transformações impactaram diretamente, mas não exclusivamente, o sistema escravista. Quando se coloca como referência histórico teórica as classes fundamentais – escravizador e escravizados –, percebe-se que os produtos histórico sociais, neste caso, derivam das relações antagônicas entre as duas classes fundamentais (BERGER, NERY, 2022).

Mais adiante, no século XIX, o sistema de produção escravista brasileiro já estava estrangulado, indicando sua inviabilidade. O tráfico de pessoas escravizadas sofria com as diversas legislações que se impuseram, tornando demasiado oneroso para

os compradores de pessoas, embora ainda fosse comum o ilegal. Além disso, a formação do agrupamento de pessoas negras como refúgio à escravização, os quilombos, que esteve presente desde o início da escravização em todo o território nacional, tornou-se ainda mais comum devido à fuga constante e em massa. Diante dessas transformações a elite branca começa a se questionar sobre qual a direção e composição racial da população brasileira. É justamente nesse ínterim que surge a famigerada questão racial (SEYFERTH, 1989; GUIMARÃES, 2003; BERGER; NERY, 2022).

Importante salientar que no percurso até aqui da formação do país, fala-se de violência, de expropriação e de apropriação de riqueza, contudo, a raça como produto sócio histórico ainda não havia surgido. A legitimidade da violência imposta no escravismo moderno às pessoas negras ocorreu inicialmente pela matriz explicativa cristã, pela hegemonia da Igreja Católica (SCHWARCZ, 1993). É neste contexto em que as pessoas não brancas estavam como sujeitos reduzidas quase totalmente à condição de coisa, é que passa a ser produzidos estereótipos³, durante séculos (MOURA, 1994), até a consolidação, no século XIX, em racismo científico (BERGER, NERY, 2022).

No Brasil, a utilização das teorias do racismo científico começa num contexto em que a elite local passa a se preocupar com uma possível haitinização do país, a tomada do poder por pessoas negras (NASCIMENTO, 2008). Desde o início dos XIX a imigração esteve direcionada à inserção de pessoas brancas europeias no território nacional, mas é de fato na segunda metade do século, utilizando as teorias raciais como fundamento que o pensamento social brasileiro passou a pautar a agenda nacional (BERGER, NERY, 2022).

O essencial desse processo são as transformações por que passou o país naquele momento histórico. A luta entre as classes fundamentais se apresentou abertamente. O Estado imperial estava em declínio. A preocupação da elite brasileira passou a girar em torno da questão racial. Assim, portanto, deveriam fazer desaparecer

³ Importante perceber que estes estereótipos são produzidos a partir dos lugares concretos nos quais estão alocadas as pessoas negras. Não surgem como ideias, mas como fruto da dominação imposta pela violência com objetivos de expropriar riqueza; mecanismo por sua vez realizado pela potência econômica da violência.

os não brancos. Neste momento as teorias raciais passam a ser utilizadas pelos intelectuais nacionais e pelo Estado (BERGER, NERY, 2022).

Grandes referências do pensamento social brasileiro estão entre esses: Raymundo Nina Rodrigues [1862-1906]; Oliveira Viana [1883-1951]; João Batista de Lacerda [1846-1915]; Silvio Romero [1851-1914]; Gilberto Freyre [1900-1987], entre outros. Vale ressaltar que Gilberto Freyre, embora seja muito criticado por sua leitura culturalista romântica, e conservadora em muitos aspectos, acerca das relações raciais no Brasil, sua obra significou uma ruptura significativa com as teorias raciais baseadas na biologia, mas ficou mesmo conhecido como o sistematizador da “democracia racial” (BERGER, NERY, 2022).

Diante desta análise sobre da formação social do país e de posse da teoria social de Marx foi possível perceber elementos fundamentais. O sistema colonial escravista utilizou a violência sistemática como instrumento para expropriar e se apropriar da riqueza produzida por pessoas originárias e as negras africanas. Elas estiveram neste contexto socialmente reduzidas quase totalmente ao status de coisa. Contudo, o sistema de violência e de expropriação precisou sempre de elementos da dimensão da cultura (superestrutura) para justificar a usurpação em curso. No caso analisado, primeiro foi a cultura cristã católica hegemônica, e depois o racismo científico que se entrecruza justamente ao surgimento da República, no Brasil. A partir daí começa haver a busca da formação de uma determinada identidade nacional que estivesse longe do fenótipo negro. Desta forma, a estrutura social já estava colocada na história, dominação das pessoas brancas em relação às pessoas negras. O que ocorreu a partir daquele momento foi a reafirmação da estrutura social e histórica construída há séculos, sob a legitimação da fé cristã ou da ciência do período, mas a essência desse processo histórico está na luta de classes, na exploração capitalista e na determinação, em última instância, do econômico (BERGER, NERY, 2022).

2. SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO: A “QUESTÃO SOCIAL”

A formação social brasileira é fortemente marcada por determinações raciais. Evidente que, como ficou evidenciado, a questão racial surge no período em que a estrutura social estava posta, momento no qual a raça foi instrumentalizada como forma de manutenção de uma estrutura fortemente determinada pela luta de classes e pelo capital internacional. Essas questões relacionadas à raça, que, por sua vez, tem

significativa importância, sempre estiveram – inevitavelmente – na agenda do Movimento Social Negro brasileiro. Contudo, nem sempre foi uma questão pertencente à pauta de reflexões do campo marxista, tampouco esteve de forma crítica na atuação da profissão, a não ser aquela forma típica policialesca, ajustadora e moralizadora dos sujeitos. A mudança de abordagem só foi possível quando a profissão assume a teoria social de Marx como instrumental imprescindível aos seus fundamentos.

Evidente que a aproximação a Marx a que se refere não foi a iniciada pelo Método de BH, frequentemente lembrado como um marxismo sem Marx⁴, mas, sim, aquela feita por Yamamoto, dentro também do conhecido Movimento de Reconceituação do Serviço Social, mais especificamente no momento da Intenção de Ruptura (NETTO, 2001).

O Movimento de Reconceituação do Serviço social se relaciona com as transformações societárias por que passava o mundo e, na particularidade, o Brasil na ditadura civil militar, apontada como autocracia burguesa (NETTO, 2001). As transformações desenvolvimentistas apontavam para o Estado a necessidade de enquadrar os sujeitos à lógica do capital que se impunha. Por isso, dentro da profissão, devido às condições objetivas colocadas, a corrente funcionalista ganha destaque nos congressos de Araxá e Teresópolis. A crítica à esta perspectiva veio na Reatualização do Conservadorismo, corrente ligada fortemente à fenomenologia, contudo, de forma sincrética, apropriando-se de uma perspectiva psicologizante e individualizante, compreendendo no diálogo e na pessoa o centro da transformação da sociedade (TATAGIBA, 2020). Por fim, surgiu a Intenção de Ruptura, caracterizado pelo Método de BH e posteriormente Yamamoto (1996 [1982]). O primeiro, como dito anteriormente, foi uma aproximação à teoria marxista através de manuais, de forma pouco apropriada, enquanto a segunda, Yamamoto, foi justamente o momento da apropriação do marxismo humanista, na perspectiva do ser social, da ontologia.

⁴ Embora seja compreendida a importância dessa proposição feita pela escola de Serviço Social de Belo Horizonte, ela foi uma aproximação da profissão ao marxismo através da leitura de manuais que correspondiam mais a uma leitura mecanicista/economicista de Marx do que a perspectiva ontológica do conhecimento, tal qual apresenta Netto (2012) e Lukács (2012).

Foi a partir desse momento que a profissão passou a entender os sujeitos como pertencentes a diferentes classes sociais e a profissão, enquanto hegemonia, assume sua posição como classe trabalhadora. Este movimento, evidente no processo histórico-teórico, não foi, e continua da mesma forma a não ser, um bloco monolítico. As tensões e disputas estão presentes permanentemente, tal qual a luta de classes. Contudo, foi a partir desse cabedal teórico que passou a existir a possibilidade de perceber a questão racial como expressão da questão social e, portanto, também objeto da análise crítica e da atuação profissional.

A expressão “questão social” surge na terceira década do século XIX quando começou a emergir na cena social um fenômeno nunca percebido na história da humanidade, o pauperismo. A crescente produção de riqueza, a industrialização, a produção de novas tecnologias, contrastava radicalmente com produção de pobreza e miséria. Os epígonos do capitalismo passaram a tratar a questão de forma conservadora, atribuindo às condições de vida degradante daquelas pessoas como de responsabilidade individual, dando um caráter moralista, conservador. Portanto, a questão – tratada como algo, inclusive, inevitável – só poderia ser remediado por intermédio de política limitada de Estado (NETTO, 2001).

Posta em primeiro lugar, com caráter de urgência, a manutenção e a defesa da ordem burguesa, a “questão social” perde paulatinamente sua estrutura histórica determinada e é crescentemente naturalizada, tanto no âmbito do pensamento conservador laico quanto no do confessional (que, aliás, tardou até mesmo em reconhecê-la como pertinente) (NETTO, 2001, p. 43).

Em Marx, já no século XIX, com o rompimento teórico (*O Capital*) e histórico prático, percebendo a verdade construída na história, diferenciando-se do objeto-sujeito idêntico, de Hegel (LUKÁCS, 2012), a “questão social” é indicada como produto da própria natureza da relação entre capital e trabalho, surgida na própria relação contraditória e desumanizante; no processo de alienação, é que se encontra a sua concretização, na luta de classes. E na luta, no processo de tomada de consciência é que está a materialização da “questão social” a partir das suas expressões.

[...] uma das resultantes de 1848 foi a passagem, em nível histórico universal, do proletariado na condição de classe em si a classe para si. As vanguardas trabalhadoras aceleram, no processo de luta, à questão política de que a “questão social” está necessariamente colada à sociedade burguesa: somente a supressão dessa conduz à supressão daquela.

A partir daí, o pensamento revolucionário passou a identificar, na própria expressão “questão social”, uma tergiversação conservadora, e a só empregá-la identificando este traço mistificador (NETTO, 2001).

Assim, portanto, só é possível suprimir a “questão social” a partir da superação da sociabilidade burguesa. O desenvolvimento capitalista chegou a um estágio em que os países nórdicos europeus desenvolveram o chamado Welfare State, aludindo a questão da pobreza e da miséria a um suposto fenômeno do subdesenvolvimento, o qual poderia ser superado. Entretanto, esta sentença é falsa, o subdesenvolvimento e as demais formas peculiares surgidas no mundo durante o processo do desenvolvimento capitalista conforma-se em novas expressões da “questão social” (NETTO, 2001), diretamente relacionada à natureza das relações sociais engendrada à lógica da mercadoria (MARX, 2014).

Assim, portanto,

[...] a “questão social” [é] indissociável do processo de acumulação e dos efeitos que produz sobre o conjunto das classes trabalhadoras, o que se encontra na base da exigência de políticas sociais públicas. Ela é tributária das formas assumidas pelo trabalho e pelo estado na sociedade burguesa, e não um fenômeno recente, típico do padrão de acumulação no esgotamento dos 30 anos gloriosos da expansão capitalista (IAMAMOTO, 2001).

Estando, portanto, a “questão social” e suas expressões, na sua emergência e realização, ligadas à própria lógica da mercadoria, a questão racial também emerge e deriva, portanto, da questão social, contudo, com suas determinadas particularidades históricas. Ou seja, uma vez detectada na realidade como elemento multiplicador das mazelas que recaem sobre uma determinada população, logo, torna-se premente a captura como uma das formas aparentes da “questão social”, como dado da realidade sensível que deverá passar pela depuração do método, no pensamento, e encontrar a sua essência como determinação em última instância.

Isso não é uma determinação lógico-formal, como se fosse uma derivação de identidade. Ao contrário, é possível detectar na história as determinações ontológicas de ser da questão racial, que deriva da exploração capitalista, passando por determinações histórico-particulares até chegar à raça como produto sócio-histórico, ideo-político (MUNANGA, 2010; SCHWARCZ, 1993). A complexidade da questão talvez se explique pelo fato de a questão racial iniciar no país ao século XIX, como já foi indicado, praticamente paralela à fundação da República, enquanto que a “questão

social” no Brasil tradicionalmente ser evidenciada com o surgimento do proletariado brasileiro, no processo de industrialização iniciado por Getúlio Vargas, na década de 1930.

Diante disso, *parece* que a questão racial precede a “questão social”⁵, mas essa é só a forma como o objeto aparece imediatamente à primeira aproximação. Entretanto, é necessário compreender as particularidades, sem, contudo, perder de vista o caráter de determinação do capital e a sua tendência à generalização, percebida por Marx no “O Capital”. E só com o aporte teórico apropriado pelo Serviço Social como instrumento imprescindível à análise e ao exercício profissional do assistente social foi possível perceber que a determinação essencial deriva do capital, no processo de acumulação primitiva; a particularidade esteve na designação da fé, posteriormente da ciência⁶ (racismo científico) e, por fim, no campo ideo-político, mas, justamente, como instrumento de classe para a exploração capitalista.

Portanto, embora possa parecer à primeira aproximação que a questão racial não tenha relação com o desenvolvimento do capital, ela se relaciona diretamente ao seu desenvolvimento no processo de acumulação primitiva, como enunciado na primeira seção. Veja-se, não à toa Marx percebe que sua pesquisa acerca da sociedade burguesa deveria ter na sociedade inglesa a sua fonte de dados. Pois ele havia descoberto a capacidade do capital se generalizar, tal qual de fato ocorreu na história e o país se constituía a forma mais desenvolvida do capital. Portanto, embora aqui o operariado não tenha surgido naquele momento, ele já havia emergido como classe na Europa; o capital já impunha suas determinações em nível nacional e internacional, o que aparece, no caso do Brasil, é a peculiaridade.

⁵ Ainda assim se o fosse não esconderia a natureza ontológica das determinações sociais em última instância, pois o ser social se constitui como tal a partir das suas realizações na história pela realização do trabalho. Portanto, uma vez realizada a divisão social do trabalho e a divisão da sociedade em classes passa a existir determinadas opressões, como é o caso do patriarcado que precede ao capital, porém, uma vez materializado neste período histórico passa a ter determinações do capital, adquirindo novas determinações e peculiaridades.

⁶ Característica que Lukács (2012, p. 294) designou quando recupera de Hobbes, a respeito de um certo “agir interessado”, quando a ciência é utilizada como instrumento da classe para esconder a realidade tal qual ela é.

A questão que fica à experiência mais imediata é a de que as desigualdades do mundo contemporâneo são [estão determinadas pela questão racial] como propõe Almeida (2019), em seu “racismo estrutural”. Ele propõe que “o racismo fornece o sentido, a lógica e a tecnologia para a reprodução das formas de desigualdade e violência que moldam a vida social contemporânea” (ALMEIDA, 2019, p. 21). Enquanto que, partindo de um princípio da ontologia do ser social e a análise da própria história, o que é possível perceber de fato é que o concreto é concreto porque é resultado de múltiplas determinações (MARX, 2011). E além disso, a religião que legitimou no primeiro momento histórico a escravidão, em seguida, o racismo científico e posteriormente a dimensão ideológico-política se constituem como representações da produção material dos sujeitos. Marx propõe como uma superestrutura, contudo, “[...] determinação de que as instâncias constitutivas da sociedade se articulam numa totalidade concreta e são postas geneticamente pelo primado ontológico das relações econômicas” (NETTO, 1985, p. 31).

[...] não se trata, como sempre quis o marxismo vulgar, de reduzir a teoria social de Marx a uma teoria fatorialista, com o primado do “econômico”; nada disto: o primado ontológico da economia, que funda a teoria social moderna, descoberta por Marx, opera no interior de uma estrutura teórica que produz um objeto (teórico) para reproduzir o objeto real na perspectiva da *totalidade* (NETTO, 1985, p. 31).

A questão racial se apresenta na história e na sociedade como uma das expressões da “questão social” e, ainda, como parte componente da superestrutura da totalidade social, portanto, o racismo é superestrutural (NERY, 2022). Pois,

[...] as relações jurídicas, bem como as formas do Estado, não podem ser explicadas por si mesmas, nem pela chamada evolução geral do espírito humano; essas relações têm, ao contrário, suas raízes nas condições materiais de existência, em suas totalidades, condições estas que Hegel, a exemplo dos ingleses e dos franceses do século 18, compreendia sob o nome de "sociedade civil". Cheguei também à conclusão de que a anatomia da sociedade burguesa deve ser procurada na *Economia Política* (MARX, 2008, p. 47, grifo nosso).

E ainda,

A totalidade dessas relações de produção constitui a *estrutura econômica* da sociedade, a *base real sobre a qual se eleva uma superestrutura* jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência (MARX, 2008, p. 47, grifo nosso).

Desta maneira,

[...] a transformação que se produziu na base econômica transforma mais ou menos lenta ou rapidamente toda a colossal *superestrutura*. Quando se consideram tais transformações, convém sempre distinguir a transformação material das condições econômicas de produção [...] e as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, em resumo, as formas ideológicas” (MARX, 2008, p. 48, grifo nosso).

Por fim, o que Marx propõe é a necessidade de distinguir as determinações mais essenciais das formas como os fenômenos se apresentam no mundo, na história. Colocando isso em destaque, apreendendo, portanto, a questão racial como uma das expressões da “questão social”, impede-se que outras determinações essenciais fiquem encobertas, permitindo que o assistente social, por exemplo, tome-a como o seu objeto de intervenção profissional.

3. CONCLUSÃO

A questão racial é um tema sensível à sociedade brasileira. A maior parte da história desse país foi construída pela violência da exploração de pessoas não brancas. Essas pessoas eram os povos originários ou pessoas africanas sequestradas do seu continente para serem submetidas à violência constante e sistemática e, com isso, subtrair o máximo de riqueza possível.

Esta violência, inicialmente, como foi visto, foi justificada pela fé cristã e posteriormente, quando a explicação/legitimação religiosa já não era mais o suficiente, surge a proposição científica do racismo, dando uma face legitimadora à exploração da acumulação capitalista.

De acordo com o desenvolvimento do capitalismo mundial e a generalização do capital as forças produtivas começaram a se desenvolver mundo à fora. No Brasil, o marco da industrialização é a década de 1930, realizada por Getúlio Vargas. O que, também faz culminar o proletariado nacional e, portanto, emerge na cena histórica brasileira a manifestação da “questão social” com a suas diversas expressões.

É neste cenário que surge o Serviço social brasileiro, fortemente influenciado pela tradição cristão católica. A profissão, diferente da direção crítico-marxista que possui hoje, sua hegemonia, surgiu com valores típicos da benesse e da ajuda, ao mesmo tempo em que culpabilizava os sujeitos por suas condições de vida.

Com as transformações das forças produtivas, mudaram também as requisições da profissão. Seus fundamentos teóricos passaram por diversas escolas, e cada uma delas denotava (e denota) uma leitura de mundo, de sujeito e de razão. Dentre elas é possível apontar a influência cristã, o funcionalismo, o neotomismo, a fenomenologia, o marxismo mecanicista até a apropriação de fato da teoria social crítica de Marx. Esta última foi a que possibilitou uma compreensão a partir do método, da totalidade social, apreendendo a questão racial como expressão da “questão social”.

Com o método do materialismo histórico torna-se possível e necessário fugir da aparência do fenômeno, buscando a sua essência, revelando o real na sua totalidade, aparência e essência. Neste sentido foi possível perceber que a questão racial compõe a realidade social na dimensão da superestrutura, como forma fenomênica (mas, não sendo um epifenômeno) do real que tem sua determinação em última instância no capital.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Sílvio Luiz de (2019). **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen. 256p.

BERGER, William; NERY, Jônatas Corrêa. Aquilombamento: raça e classe, resistências indígenas e negras na formação social brasileira frente a atual violação de direitos humanos. **Revista Ágora** (Vitória), 2022. Disponível em: Aquilombamento: raça e classe, resistências indígenas e negras na formação social brasileira frente a atual violação de direitos humanos | Revista Ágora (ufes.br). Acesso em: 2 mar. 2023.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Como trabalhar com "raça" em sociologia**. Educação e pesquisa, v. 29, n. 1, p. 93-107, 2003.

IAMAMOTO e CARVALHO, Marilda Villela e Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: Esboço de uma interpretação histórico-metodológica** 11ª ed. São Paulo: Cortez. 1996.

IAMAMOTO. Marilda Villela. A Questão Social no Capitalismo. In: **Temporalis**. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. n. 3. Jan-jul 2001. Brasília.

- LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social I**. São Paulo: Boitempo. 2012.
- MARX, Karl. **Contribuição a crítica da economia política**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 285 p.
- MARX, Karl. Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboço da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.
- MARX, Karl. **O Capital**. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2014.
- MARX, Karl. **O Capital**. Livro II. São Paulo: Boitempo, 2014.
- MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. 11. ed. São Paulo: Bertrand Brasil, 1987.
- MARX, Karl.; ENGELS, Friedrich. **Obras escolhidas**. Volume 3. São Paulo: Alfa Ômega, s/d.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes. 2007.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**. 1 ed. revista. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MOURA, Clóvis. **Dialética radical do Brasil negro**. São Paulo: Editora Anita, 1994.
- MOURA, Clóvis. **Quilombos**: resistência ao escravismo. São Paulo: Editora Ática, 1993.
- MUNANGA, Kabengele. **Teoria social e relações raciais no Brasil contemporâneo**. Cadernos Penesb, Niterói, n. 12, p. 169-203. 2010.
- NASCIMENTO, Washington Santos. “São Domingos, o grande São Domingos”: repercussões e representações da Revolução Haitiana no Brasil escravista (1791- 1840). In: **Dimensões**, n. 21, 2008.
- NERY, J. C. O que é racismo superestrutural? **Plural**, [S. l.], v. 29, n. 02, p. 98-117, 2022. DOI: 10.11606/issn.2176-8099.pcs0.2022.195868. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/plural/article/view/195868>. Acesso em: 2 mar. 2023.
- NETTO, José Paulo. Cinco notas a propósito da “questão social”. In: **Temporalis**. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. n. 3. Jan-jul 2001. Brasília.
- NETTO, José Paulo. In: MARX, Karl. **A miséria da filosofia**. São Paulo: Global. 1985.

NETTO, José Paulo. **Introdução aos estudos do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular. 64 p.

NETTO, José. Paulo. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós 64. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. A persistência da raça: ensaios antropológicos sobre o Brasil e a África austral. **Horiz. antropol.** Porto Alegre, v. 12, n. 25, p. 287-292, junho de 2006.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930. São Paulo: companhia das Letras, 1993.

SEYFERTH, Giralda. **As ciências sociais no Brasil e a questão racial**. Cativo e liberdade: seminário do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: Cativo & Liberdade, 1989.

TATAGIBA, Ana Paula. **Fenomenologia e Serviço Social**: nuances da experiência brasileira. FORTI, V. e GUERRA, Y. Fundamentos Filosóficos para o Serviço Social. Coleção Fundamentos críticos para o Serviço Social, n. 1. Fortaleza. Socialis, 2020.